

REDAÇÃO

com Fernanda Pessoa

Questões Ambientais





QUESTÕES AMBIENTAIS

- ▶ Temos aqui 2 opções para vocês escolherem: pegar as teorias de **Laymert Garcia dos Santos** (que estuda tanto o campo tecnológico quanto o campo ambiental) ou estudar sobre o biólogo e filósofo **Marcos Reigota**.
- ▶ Antes de ir para Marcos Reigota, preciso mostrar o que pensei sobre Laymert (que já foi visto no Eixo temático sobre Questões tecnológicas, científicas e comunicacionais):

SOCIOLOGO LAYMERT GARCIA DOS SANTOS PARA TEMAS AMBIENTAIS:

Sociólogo brasileiro que articula tecnologia, meio ambiente e saberes tradicionais.

Principais ideias: politização da tecnologia, epistemologias plurais, diálogo entre saberes tradicionais e ciência.

Versatilidade: conecta meio ambiente, tecnologia, economia e cultura.

* Alerta para os riscos da tecno ciência quando usada sem responsabilidade social, destacando o papel das populações tradicionais na defesa da biodiversidade, **critica o “ambientalismo de fachada” (o que Ailton Krenak chama de Mito da Sustentabilidade)** e **fala da necessidade de politicar a tecnologia na questão climática**.

* Ele critica o uso da tecnologia como instrumento de controle e de exploração e defende que soluções ambientais devem ser politicadas e adaptadas às realidades locais.

* Denuncia que a tecno ciência, quando não regulada democraticamente, pode agravar desigualdades ambientais.

* Valoriza saberes tradicionais e epistemologias plurais, o que permite cruzar debates sobre decolonialidade, justiça social e meio ambiente.



Foto: Brasil de fato

PONTOS CENTRAIS:

1. A tecnologia só é aliada do planeta quando serve às comunidades, e não apenas ao mercado.

A crença de que toda inovação tecnológica representa progresso ignora o fato de que, sem critérios democráticos, a tecno ciência tende a servir prioritariamente a interesses corporativos e geopolíticos. O sociólogo Laymert Garcia dos Santos lembra que soluções como energias renováveis, biotecnologias e sistemas de monitoramento ambiental só cumprem seu papel ecológico quando beneficiam diretamente as comunidades e preservam a diversidade biocultural. Caso contrário, tornam-se instrumentos sofisticados para aprofundar desigualdades e explorar territórios sob um verniz “verde”.

2. Nenhuma política ambiental será legítima se ignorar os saberes tradicionais de quem vive e cuida do território.

Políticas ambientais impostas de cima para baixo, sem diálogo com povos indígenas, quilombolas e comunidades rurais, frequentemente falham ou geram impactos perversos. O sociólogo Laymert Garcia dos Santos defende que o conhecimento científico e os saberes tradicionais devem se encontrar em pé de igualdade, produzindo soluções que respeitem as especificidades culturais e territoriais. Essa integração não apenas aumenta a eficácia das medidas, mas também reconhece o papel histórico dessas populações na conservação dos ecossistemas.



3. Critica o “ambientalismo de fachada”.

A cor verde pode ser máscara: sem participação popular, a sustentabilidade vira propaganda.

Ele denuncia o greenwashing, que esconde práticas predatórias sob o discurso ambiental, e defende controle social sobre projetos ditos sustentáveis.

O “greenwashing” é uma prática enganosa a partir da qual empresas se apresentam como ambientalmente responsáveis, mas suas ações não correspondem à propaganda.

Muitas empresas são acusadas de greenwashing, especialmente nos setores de moda rápida, alimentos e bebidas, e combustíveis.



“GT Agenda 2030” refere-se ao Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. Este grupo é uma coalizão de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, fóruns, redes, universidades, fundações e federações brasileiras que atuam na fiscalização e promoção da Agenda 2030 da ONU no Brasil. A Agenda 2030 é um plano global que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas a serem alcançadas até 2030 para promover um futuro mais sustentável.

Em resumo, o GT Agenda 2030 é um movimento da sociedade civil brasileira dedicado a acompanhar e influenciar a implementação da Agenda 2030 no país, buscando garantir que os ODS sejam efetivamente cumpridos.

Greenwashing: mentiras verdes para enganar o público e salvar a reputação de empresas poluidoras



O “greenwashing” que, em português, é traduzida como “**mentira verde**” consiste em estratégias de marketing enganosas feitas por empresas poluidoras para tentar mostrar preocupação com o meio ambiente, mas que não se refletem em mudanças que realmente poderiam beneficiar o planeta. Isso é extremamente problemático porque essas ações podem passar a impressão para o público de que as corporações seriam sustentáveis. Essa imagem positiva, por sua vez, estimula investimentos ou a compra de produtos, quando na verdade as empresas que praticam o greenwashing estão contribuindo para a destruição do meio ambiente e as mudanças climáticas.

Ações do tipo são bastante comuns nas indústrias do petróleo e da mineração, por exemplo. Enquanto destroem ecossistemas inteiros em seus processos de extração e produção, elas gastam enormes quantidades de dinheiro em propagandas e conteúdos patrocinados em veículos de mídia falando de ações de responsabilidade social corporativa que, na prática, pouco ou nenhum efeito têm. Com as indústrias de tabaco, álcool e ultraprocessados, não é diferente.

Como mostrado pela campanha **Duplo Impacto**, realizada pela ACT em parceria com as organizações **Gaia**, **Vida Sem Plástico**, **GT Agenda 2030**, **Oceana**, **Greenpeace** e **Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)**, essas indústrias também são grandes poluidoras. Como se não bastasse fabricarem produtos que fazem mal à saúde, elas destroem o meio ambiente e também realizam ações de greenwashing.

Alguns exemplos:

A Coca-Cola faz diversas campanhas publicitárias de reciclagem, mas divulga informações falsas e não cumpre nem as próprias metas

A Coca-Cola já lançou várias campanhas voltadas para a promoção da reciclagem, como a “Recycle Me”, vencedora do prêmio Cannes Lions de 2024. Ao mesmo tempo, a empresa foi acusada de mentir sobre números de reciclagem: garrafas da marca, publicizadas como “100% recicladas”, na verdade não são produzidas inteiramente de materiais reciclados, como apontam a Organização Europeia do Consumidor, Client Earth e ECOS.

Segundo o Atlas do Plástico, a **Coca-Cola é a maior poluidora de plástico do mundo, produzindo 88 bilhões de garrafas descartáveis todos os anos**. Além do mais, a empresa anunciou ainda na década de 1990 metas para conteúdo mínimo reciclado que não foram atingidas até hoje. Assim, enquanto ganha prêmios publicitários por suas campanhas, a Coca-Cola continua a poluir o planeta com suas embalagens plásticas.

Outro exemplo cínico foi colocar um selo verde em algo para parecer mais sustentável ou saudável, como a Coca-Cola fez com a Coca-Cola Life — que, com 6,6% de açúcar, está muito longe de ser uma bebida saudável. (longe de estar julgando aqui)



A Philip Morris patrocina mutirão de limpeza de lixo e bitucas em mais de mil cidades

A Philip Morris, uma das principais empresas do ramo de tabaco, patrocina iniciativas de recolhimento de bitucas, como uma atividade realizada no Dia Mundial da Limpeza. Essas ações pontuais, no entanto, são completamente insuficientes para enfrentar o problema da poluição ambiental causada pelas 4,5 trilhões de bitucas descartadas todos os anos, que liberam compostos tóxicos e microplásticos nos solos e mares.

Isso é uma estratégia de marketing usada pela indústria para melhorar sua reputação – e, justamente por isso, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), tratado internacional ratificado pelo Brasil, determina que os países não deveriam permitir nenhum tipo de patrocínio da indústria do tabaco.

Heineken patrocina iniciativa de desenvolvimento sustentável enquanto gasta centenas de litros de água para produzir um litro de cerveja

A Heineken também possui várias iniciativas ditas de sustentabilidade. Em uma delas, a empresa se juntou ao BNDES para financiar ações de reflorestamento e preservação de bacias hídricas. O que as ações de marketing da Heineken não mostram, no entanto, é que **a produção de um litro de cerveja gasta 298 litros de água**. Além disso, as águas residuais do processo são altamente tóxicas para o ambiente, entre outros impactos causados pela indústria de bebidas alcoólicas.

Como mostrado em um dos posts da campanha Duplo Impacto, a cerveja só é verde na cor da garrafa. (fica a dica para o trocadilho)



4. O combate à crise climática é também uma disputa política pelo controle das tecnologias.

A gestão de recursos naturais e a aplicação de inovações como inteligência artificial, drones e biotecnologia não são neutras: implicam decisões sobre quem controla esses meios e para quais fins. O sociólogo Laymert Garcia dos Santos sustenta que, se essas escolhas permanecerem concentradas nas mãos de poucos, o resultado será a perpetuação de modelos extrativistas e desiguais. Tornar a política tecnológica transparente e inclusiva é, portanto, parte central da luta contra a crise climática.



5. A justiça climática começa na democracia: sem debate público, não há preservação verdadeira.

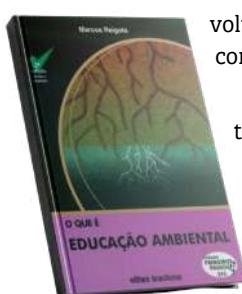
Questões ambientais não podem ser tratadas como assuntos técnicos isolados das demandas sociais. Para o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, a preservação ambiental precisa nascer de processos democráticos robustos, com participação popular nas decisões que afetam territórios, modos de vida e recursos essenciais. Sem esse diálogo, até mesmo políticas aparentemente “ecológicas” podem aprofundar injustiças, beneficiando poucos enquanto penalizam os mais vulneráveis.

MARCOS REIGOTA

Marcos Reigota é biólogo, mestre em Filosofia da Educação e Doutor em Pedagogia da Biologia pela Universidade de Louvain (Bélgica), e no período de 1990 a 1994, foi docente na UNICAMP, USP e na Academia Internacional do Meio Ambiente de Genebra. Em seu livro “Meio Ambiente e Representação Social”, reuniu três artigos que foram apresentados em Seminários, Cursos, Congressos entre outros eventos no período anterior e posterior a ECO – 92.



Foto: Universidade de Sorocaba

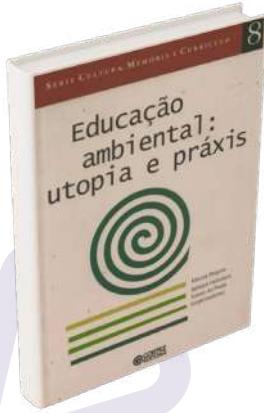


Marcos Reigota integra meio ambiente, filosofia, psicologia e educação a partir de uma perspectiva crítica voltada à realidade latino-americana, propondo uma educação ambiental dialógica, inclusiva e socialmente comprometida.

No seu primeiro artigo do livro, **Por uma Filosofia da Educação Ambiental**, questiona se o meio ambiente é um conceito científico ou uma representação social. Mostra que a ciência busca definições universais, enquanto as representações sociais derivam do senso comum e carregam ideologias, preconceitos e práticas cotidianas. Afirma que a educação ambiental deve incorporar essas dimensões, pois as relações entre sociedade e natureza são dinâmicas. Ele articula uma filosofia política para defender que justiça social e cidadania são inseparáveis de qualquer projeto ambiental. Valoriza a Pedagogia Dialógica e a participação ativa na micropolítica e na macropolítica com o objetivo de superar ingenuidade e conservadorismo.

No seu segundo artigo, ***Educação Ambiental na América Latina: entre a barbárie e a pós-modernidade***, parte de encontros com educadores latino-americanos para evidenciar a complexidade e a heterogeneidade da região. Estrutura a discussão em quatro eixos. O primeiro, “Educação para todos”, critica o modelo modernizador que prioriza identidade nacional, urbanização e formação de mão de obra, e propõe a redefinição do desenvolvimento para garantir sustentabilidade social e ambiental. O segundo, “Educação ambiental e condição pós-moderna”, defende um conhecimento que une saberes científicos, populares e étnicos, integrando razão e subjetividade. O terceiro, “Questão ambiental na América Latina”, analisa a exploração colonial marcada pela monocultura e pelo esgotamento dos recursos. O quarto, “Principais problemas atuais”, aponta crises energéticas e nucleares, metropolização e risco de internacionalização da Amazônia. Reigota conclui que a educação ambiental na América Latina precisa romper modelos baseados na acumulação econômica, no autoritarismo e na exploração ambiental, adotando alternativas que respeitem culturas minoritárias e direitos humanos. Sua reflexão propõe a transformação das mentalidades e das práticas, unindo justiça social, sustentabilidade e diálogo intercultural.

No Manifesto da Poesia Pau-Brasil, Oswald de Andrade escreveu que precisamos aprender o que a Floresta e a Escola têm a nos ensinar. Evidentemente que hoje, poderíamos alargar para além da Floresta e da Escola os espaços possíveis de aprendizagem e das possibilidades da Educação Ambiental. No entanto, essa aparente dicotomia entre a Floresta (natureza) e a Escola (cultura), que Oswald de Andrade tentou romper, continua emblemática aos desafios da ecologia contemporânea e muito próxima dos objetivos gerais da educação ambiental.



É um livro de encontros e deslocamentos, na vida cotidiana. Os protagonistas narram seus cotidianos, seus limites e seus engajamentos na construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

PS.: Práxis é aplicação prática de ideias, de conhecimentos ou de teorias

Ele não trata o meio ambiente só como “natureza a ser preservada”, mas como um espaço de disputa social, simbólica e política.

PRINCIPAIS TEORIAS:

Concepção ampliada de meio ambiente

Meio ambiente não é apenas o conjunto de elementos naturais, mas uma construção cultural e política e isso inclui dimensões naturais, sociais, culturais, econômicas e políticas.

Essa visão rompe com a noção puramente ecológica e permite uma discussão sobre questões como desigualdade, identidade e poder nas pautas ambientais.



Um parágrafo de D1 meu com a ideia acima (FP aqui):

Diante desse cenário, torna-se inaceitável reduzir o meio ambiente a um inventário de árvores, rios e animais desconectados da vida humana. Nesse sentido, de acordo com o biólogo Marcos Reigota, o meio ambiente deve ser compreendido como um tecido vivo, no qual natureza, sociedade, cultura e política se entrelaçam de forma indissociável. Essa perspectiva desmonta o ambientalismo simplista que desconsidera a força das relações de poder, a lógica econômica e o peso da história na configuração dos ecossistemas. Dessa forma, ao reconhecer que a preservação está vinculada à forma como as cidades são planejadas, como as populações vulneráveis são tratadas e como os recursos são distribuídos, abre-se caminho para a construção de políticas ambientais que não apenas conservem o patrimônio natural, mas também promovam justiça social e integrem as diversas dimensões da vida coletiva.

Educação ambiental como ato político

Ensinar sobre meio ambiente é tomar posição diante de modelos de desenvolvimento, interesses econômicos e relações de poder, ou seja, a educação ambiental deve formar cidadãos críticos, capazes de questionar a lógica dominante e propor mudanças sociais.

Afasta-se da educação ambiental “neutra” e tecnicista, que foca apenas em ações individuais como reciclar ou economizar água.

Critica o ambientalismo conservador

Questiona discursos que tratam o meio ambiente apenas como “recursos naturais” ou que abordam a questão da preservação como algo separado da justiça social.

Políticas ambientais precisam ser integradas com políticas de combate à pobreza, em defesa de direitos humanos e com participação democrática.

Educação ambiental e sustentabilidade crítica

A Sustentabilidade não pode ser reduzida a ação de “conciliar economia e ecologia” de forma genérica: é preciso discutir quem se beneficia e quem perde com determinadas políticas ambientais.



TÓPICOS FRASais

- 1** O meio ambiente é um campo de disputa simbólica no qual ciência, política e cotidiano se confrontam.
- 2** Descolonizar a ecologia implica reconhecer que floresta, rio e cidade carregam memórias e desigualdades.
- 3** A educação ambiental só é emancipadora quando provoca o questionamento das estruturas de poder que degradam a vida.
- 4** A degradação da natureza e a violação de direitos humanos são expressões da mesma lógica de exploração.
- 5** Não há sustentabilidade quando o conhecimento popular é tratado como curiosidade folclórica.
- 6** A crise ambiental é também um colapso da imaginação política sobre o que significa viver em comum.
- 7** Um projeto ambiental justo não separa a defesa dos ecossistemas da defesa dos corpos que neles habitam.
- 8** A América Latina carrega nas paisagens devastadas o retrato vivo de seu passado colonial.
- 9** A política ambiental começa na micropolítica dos gestos diários e se amplia na disputa pela ordem mundial.

VAMOS DETALHAR E ANALISAR COMO A GENTE PODE MONTAR O PARÁGRAFO:

1. O meio ambiente é um campo de disputa simbólica no qual ciência, política e cotidiano se confrontam.

A definição de meio ambiente não é consensual nem neutra. Para o biólogo e filósofo Marcos Reigota, o termo pode assumir um caráter científico com pretensões universais ou uma dimensão de representação social, permeada por valores e interesses. Essa disputa se materializa, por exemplo, no embate entre políticas públicas de preservação ambiental e práticas econômicas que privilegiam o lucro imediato, como a expansão do garimpo em áreas protegidas. Enquanto a ciência propõe indicadores e dados técnicos, o cotidiano das comunidades afetadas revela a urgência de ações concretas. Compreender o meio ambiente como território de disputa simbólica permite problematizar decisões que, embora travestidas de “técnicas”, são também políticas.

Agora FPzinha aqui vai meio que desenhar:

1. O meio ambiente é um campo de disputa simbólica no qual ciência, política e cotidiano se confrontam.

Parágrafo de FP:

Com base nesse cenário, observa-se que **o conceito de meio ambiente não é estático nem consensual, ou seja, configura-se como um território no qual múltiplas visões e interesses se entrelaçam e, por vezes, entram em confronto direto**. Isso ocorre, porque, de acordo com o biólogo e filósofo Marcos Reigota, no campo científico, predomina a tendência de definir o meio ambiente com base em parâmetros universais e mensuráveis, mesmo que, no espaço social, ele se construa como uma representação simbólica, carregada de ideologias, valores e experiências concretas do cotidiano. Essa dupla natureza se manifesta de forma nítida nas políticas públicas que, sob o discurso de equilibrar conservação e desenvolvimento, frequentemente legitimam práticas de exploração econômica, como demonstra o avanço do agronegócio sobre áreas legalmente protegidas. Desse modo, compreender o meio ambiente implica reconhecer que sua definição está inevitavelmente atravessada por disputas políticas, escolhas culturais e relações de poder que influenciam não apenas sua preservação, mas também a forma como ele é apropriado, explorado e concebido pela sociedade.

Nos próximos tópicos, vou explicar a minha ideia a partir dos estudos do biólogo e filósofo Marcos Reigota, mas é você quem vai montar o seu parágrafo. Beleza? (E não ache ruim não, vamos trabalhar)

2. Descolonizar a ecologia implica reconhecer que floresta, rio e cidade carregam memórias e desigualdades.

A história ambiental da América Latina não pode ser dissociada do passado colonial, que moldou tanto a ocupação dos territórios quanto as hierarquias sociais. O modelo agroexportador, centrado na monocultura e na exaustão de recursos, não apenas degradou ecossistemas, mas consolidou desigualdades raciais e regionais. Descolonizar a ecologia, como sugere a crítica do biólogo e filósofo Marcos Reigota, é admitir que paisagens naturais e urbanas são marcas vivas dessa herança. A ocupação desigual da Amazônia, por exemplo, expressa tanto interesses econômicos globais quanto a marginalização histórica de povos indígenas e ribeirinhos. Sem reconhecer essa memória, qualquer política ambiental corre o risco de repetir práticas de exclusão.



SE VOCÊ QUISER, É SÓ TENTAR MONTAR O SEU PARÁGRAFO AQUI!!!

3. A educação ambiental só é emancipadora quando provoca o questionamento das estruturas de poder que degradam a vida.

Educar para o meio ambiente não significa apenas ensinar a separar lixo ou plantar árvores. Para o biólogo e filósofo Marcos Reigota, uma pedagogia ambiental verdadeiramente crítica deve interrogar os sistemas que geram a degradação, desde as políticas neoliberais até o consumismo incentivado pela mídia. A pedagogia dialógica, inspirada em Paulo Freire, propõe que professores e alunos construam juntos alternativas de ação, discutindo, por exemplo, o impacto de grandes obras de infraestrutura sobre comunidades locais. O aprendizado se torna emancipador quando ultrapassa o comportamento individual e estimula o engajamento político coletivo.



SE VOCÊ QUISER, É SÓ TENTAR MONTAR O SEU PARÁGRAFO AQUI!!!

4. A degradação da natureza e a violação de direitos humanos são expressões da mesma lógica de exploração.

A extração ilegal de madeira na Amazônia não ameaça apenas árvores centenárias: ela desestrutura comunidades inteiras, expulsa populações tradicionais e viola direitos básicos como moradia e segurança. O biólogo e filósofo Marcos Reigota associa esses fenômenos a uma lógica que trata tanto o corpo humano quanto a natureza como recursos exploráveis. Essa relação também aparece na contaminação por mercúrio em áreas de mineração, onde a degradação ambiental é inseparável da precarização da saúde e do trabalho. Assim, lutar pela preservação ecológica significa, inevitavelmente, lutar pelos direitos humanos.



SE VOCÊ QUISER, É SÓ TENTAR MONTAR O SEU PARÁGRAFO AQUI!!!

5. Não há sustentabilidade quando o conhecimento popular é tratado como curiosidade folclórica.

Em muitas políticas ambientais, saberes tradicionais aparecem como “complemento” à ciência, quando não são simplesmente ignorados. Para o biólogo e filósofo Marcos Reigota, essa postura inviabiliza soluções sustentáveis, pois desconsidera práticas milenares de manejo que preservaram ecossistemas por séculos. O uso controlado do fogo por comunidades indígenas no cerrado, por exemplo, é um recurso estratégico para evitar grandes queimadas, mas frequentemente é criminalizado por legislações que ignoram seu valor. A integração entre conhecimento científico e saber popular é condição essencial para a efetividade de uma sociedade sustentável.



SE VOCÊ QUISER, É SÓ TENTAR MONTAR O SEU PARÁGRAFO AQUI!!!

6. A crise ambiental é também um colapso da imaginação política sobre o que significa viver em comum.

Não basta identificar a degradação: é preciso reinventar as formas de convivência. Para o biólogo e filósofo Marcos Reigota, a crise ambiental revela a falência de modelos políticos incapazes de pensar o futuro para além do crescimento econômico. Essa limitação imaginativa se manifesta na insistência em soluções tecnocráticas, como geoengenharia, que tentam controlar a natureza em vez de repensar os padrões de produção e consumo. Exemplos como as cidades em transição, movimento que redesenha a vida urbana para reduzir dependência de combustíveis fósseis, mostram que a superação da crise exige um salto criativo nas formas de organização social.



SE VOCÊ QUISER, É SÓ TENTAR MONTAR O SEU PARÁGRAFO AQUI!!!

7. Um projeto ambiental justo não separa a defesa dos ecossistemas da defesa dos corpos que neles habitam.

As lutas ambientais são também lutas por sobrevivência. O biólogo e filósofo Marcos Reigota sublinha que a proteção de uma floresta não pode ocorrer às custas da expulsão de seus moradores tradicionais. Casos como o de Belo Monte, onde a construção da usina deslocou milhares de pessoas e alterou drasticamente o rio Xingu, evidenciam que ecossistema e comunidade são indissociáveis. Um projeto ambiental justo precisa articular preservação ecológica com justiça social para garantir direitos territoriais e modos de vida mais dignos.



SE VOCÊ QUISER, É SÓ TENTAR MONTAR O SEU PARÁGRAFO AQUI!!!

8. A América Latina carrega nas paisagens devastadas o retrato vivo de seu passado colonial.

As áreas degradadas por mineração no Peru, a desertificação no Nordeste brasileiro e a devastação de florestas na Guatemala são capítulos contemporâneos de uma história iniciada com a exploração colonial. O biólogo e filósofo Marcos Reigota argumenta que essa herança molda tanto a estrutura econômica quanto as narrativas sobre desenvolvimento, que ainda privilegiam exportação de recursos primários. Enfrentar os problemas ambientais da região exige desnaturalizar esse passado e construir modelos que priorizem a autonomia econômica e a preservação.



SE VOCÊ QUISER, É SÓ TENTAR MONTAR O SEU PARÁGRAFO AQUI!!!

9. A política ambiental começa na micropolítica dos gestos diários e se amplia na disputa pela ordem mundial.

Separar resíduos, consumir menos plástico e apoiar produtores locais são gestos que parecem pequenos, mas que, segundo o biólogo e filósofo Marcos Reigota, integram um campo maior de disputa. A micropolítica cotidiana, quando articulada a movimentos sociais e decisões macroestruturais, contribui para tensionar políticas públicas e acordos internacionais. O banimento de plásticos de uso único em países como o Chile é exemplo de como práticas individuais podem se somar a ações institucionais para gerar uma mudança sistêmica.



SE VOCÊ QUISER, É SÓ TENTAR MONTAR O SEU PARÁGRAFO AQUI!!!



Estamos juntos nessa!



CURSO
FERNANDA PESSOA
ONLINE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.